

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2012

VOLUME I

# ERROS ORTOGRÁFICOS: CENSURA E DISCRIMINAÇÃO

**Autora: Prof.<sup>a</sup> Jacqueline Souza da Cunha<sup>1</sup>**  
**Orientador: Prof. Dr. Ubirajara Inácio de Araújo<sup>2</sup>**

## **Resumo:**

O presente artigo analisa as implicações da escrita nas relações de discriminação e censura dos alunos. Percebe-se, no dia a dia escolar, que os alunos, de um modo geral, não se preocupam com a ortografia das palavras, mas ao mesmo tempo, se não utilizam a norma ortográfica padrão na escrita, são censurados e desmotivados para novas produções. Paralelamente, reconhece-se que o ensino da ortografia é deixado de lado, sem as devidas análises e observações das regularidades da escrita. Dessa forma, foi realizada a implementação do projeto com alunos de Ensino Médio no Centro Estadual para Educação Básica para Jovens e Adultos, sensibilizando-os a utilizarem a ortografia padrão da Língua Portuguesa em suas produções escritas, assim como reconhecerem as variações linguísticas culturais e sociais, sendo esse o principal objetivo deste trabalho. Para tal, foram utilizadas histórias de vida, com as quais os alunos possuíam segurança e prazer na oralidade, para que, por meio dos registros, eles percebessem a importância do uso da norma-padrão da escrita e se mobilizassem para o cuidado ortográfico, evitando que suas produções fossem vistas com menos apreço do que mereciam. Realizou-se fundamentação teórica em autores como Morais (2009), Antunes (2007), Kleiman (2010) e outros, tornando possíveis as reflexões apresentadas nesse artigo.

## **Palavras- chave:**

1.Ortografia 2.Reflexão 3.Produção Escrita

---

<sup>1</sup> Pós Graduada em Perspectivas Interdisciplinares na Escola (Espírita) e Gestão Escolar (Sociesc./Tupy), Licenciada em Letras (UNC – Mafra/SC) e Pedagogia (UFPR). Professora do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – Rio Negro/PR.

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Metodologia e Prática de Docência de Língua Portuguesa do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

## INTRODUÇÃO

O Ensino da Língua Portuguesa, por muitos anos, foi pautado quase que exclusivamente no ensino da gramática, não se enxergando a linguagem como ciência. Com o passar dos tempos, esse ensino sofreu modificações e, em muitas escolas, a gramática então é vista como a vilã do processo ensino-aprendizagem. Irandé Antunes (2007, pág.33) aponta que as pessoas confundem a linguagem com crenças, suposições e mitos sem estarem ajustados com observação e investigação científica.

Sabe-se que a língua é construída socialmente e que traz arraigados fatos individuais e coletivos de culturas e crenças distribuídas no tempo e no espaço. A linguagem é utilizada conforme convenções e esferas sociais. A Língua Portuguesa é vista como a terceira língua ocidental mais falada, ficando atrás somente do Inglês e do Espanhol. No Brasil, por exemplo, a mesma língua apresenta variações linguísticas e todas com a mesma gramática. No entanto, não podemos acreditar que língua e gramática são a mesma coisa, pois a língua é muito mais que a sua gramática. A gramática é o conjunto de regras do uso dessa língua e que todos nós usamos mesmo sem pensar nesse uso. Irandé (2007, pág. 26) comenta que “... ninguém aprende uma língua para depois aprender a sua gramática.”

Quando aprendemos a falar, já interiorizamos características próprias da língua, organizamos a nossa fala dentro de uma gramática. Mas, no ensino escolar, a gramática é entendida como uma força controladora, servindo a interesses elitistas. Os modelos e padrões acompanham essa gramática que controla as expressões verbais da população.

Diante dessas observações, vê-se o ensino sem a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, acompanhado de exercícios descontextualizados, soltos e, na maioria das vezes, organizados por livros didáticos com ideias moldadas fora da realidade. Os equívocos no ensino de gramática interferem drasticamente no sucesso do ensino aprendizagem também observado por Possenti (1996, p.32): “No dia em que as escolas se dessem conta de que estão ensinando aos alunos o que eles já sabem, e que é em grande parte por isso que falta tempo para ensinar o que eles não sabem, poderia ocorrer uma verdadeira revolução.”

Irândé Antunes (2007) trata desse assunto, fazendo-nos refletir inclusive sobre a interação verbal, que depende de vários fatores como: conhecimento real do mundo, conhecimento das normas de textualização e das normas sociais de uso da língua para que o processo ensino-aprendizagem ocorra satisfatoriamente. Segundo ela, nenhum texto traz todas as informações explícitas, nós não conseguimos interpretar somente com o uso da gramática. Da mesma forma, Ângela Kleiman (2010), fala que a interpretação depende tanto do conhecimento prévio e linguístico, quanto da formulação de hipóteses anteriores à leitura e as estratégias de processamento do texto. As duas autoras possuem um olhar bem amplo de linguagem, sem limitações exclusivas à gramática.

A gramática ainda possui um poder de convencimento muito grande nas escolas perante pais e alunos. Diante de muitas observações, constata-se que para o professor de Língua Portuguesa ser considerado um bom professor, precisa fazer uso das regras gramaticais com desprendimento e firmeza. Os pais valorizam o professor que passa infinitos exercícios gramaticais e cobra dos seus filhos a memorização dessas regras. Acredito que isso se dê pelo fato de que muitos veem a escola feita para a elite e não enxergam todos como responsáveis pelos discursos de mudanças sociais. As pessoas não estão acostumadas ao questionamento e também não se inserem em uma sociedade em que se possam ter opiniões compartilhadas. A língua não é vista como uma atividade sociointerativa. É mais fácil decorar do que pensar.

Essas considerações não querem dizer que não precisamos estudar gramática, mais especificamente a ortografia, mas sim que precisamos ir além dela. Os alunos precisam também pensar no léxico, pois ele pode ser extremamente variado dependendo do contexto em que esteja inserido. A gramática, como redentora de um conhecimento único, não consegue estudar as riquezas regionais, os estrangeirismos e nem mesmo os neologismos. Essa ampliação educacional, para além do ensino gramatical, também pode valorizar as leituras, escritas e oralidades. De que nos adiantaria formar alunos ótimos em regras, se não souberem utilizá-las nas interações comunicativas?

Irândé Antunes também alerta para um equívoco do ensino da Língua Portuguesa quando se pensa que saber nomenclaturas e classificações é conhecer a

língua. Imagina-se que o sucesso comunicativo possa surgir dessas definições, mas é evidente que se trata de conhecimento inútil. Nas falas de Irandé (2007, p.70), conseguimos reforçar essa ideia: “A gramática não basta, e o que é pior, o que se estuda na escola não chega de fato a ser gramática relevante para o exercício, em textos, da linguagem”. Percebe-se, nessas colocações, a importância do assunto. Se tratamos a gramática com esse caráter de onipotência, quer dizer que demarcamos os erros, as incompetências, as culpas e deixamos os ambientes escolares como “prisões” do conhecimento. Somos julgados e condenados a aceitar o que é normativo e não temos chance de analisar, pesquisar, refletir e questionar, o que poderia ser bem mais produtivo, se considerarmos a língua como ato sociointerativo.

Como queremos que nossos alunos falem, deem seus pontos de vista, se acreditamos que as regras que passamos são intocáveis e invariáveis? Será que nossos alunos não precisam saber que, dependendo de onde estejam, com quem estejam e para quê estejam, suas falas podem ser diferenciadas? Luiz Carlos Cagliari (2010, p.33) afirma que

Por sua natureza, uma gramática normativa está fadada ao fracasso, já que a linguagem é um fenômeno dinâmico, e as línguas mudam com o tempo; e, para continuar sendo a expressão do poder social manifestado por um dialeto, a gramática normativa deveria também mudar.

Segundo o autor, o ensino da gramática é conveniente ao mundo escolar, mas não é nada atrativo e interessante ao funcionamento da Língua Portuguesa. A escola não precisa de uma gramática normativa, mas de uma gramática descritiva, que entenda os dialetos dos alunos, e os alunos entenderiam que tanto o dialeto da elite dominante quanto o seu possuem uma gramática, e os dois podem ser estudados e respeitados.

A norma culta, que é um parâmetro legitimado e, por isso, prestigiado socialmente, deve ser utilizada em situações que assim a exijam, pois cada situação de interação está vinculada a grupos sociais com objetivos específicos, dando mobilidade à interação verbal. Faraco (2002, p. 40) apresenta a norma culta da seguinte forma:

A norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais

diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social.

Isso quer dizer que não existe coerência em cobrar dos alunos o uso efetivo da norma culta em todas as situações comunicativas, principalmente nas situações coloquiais da vida particular de cada um. Ela é um requisito para as vivências formais, sejam elas escritas ou orais. Também não podemos proibir aqueles que assim o desejarem de fazer uso constante dessa normatização em qualquer ambiente, formal ou não. Irlandé (2007, p.90) também aponta uma consideração bastante interessante:

A norma culta é mais vinculada à escrita formal que à fala informal; os pobres são mais inseridos em contextos da fala informal do que da escrita formal. Logo, a norma culta é menos requisitada e, conseqüentemente, menos exercitada entre pessoas das camadas mais pobres do que entre pessoas das camadas mais ricas, o que leva, naturalmente, os menos favorecidos a outra situação de desvantagem, além daquelas sociais e econômicas: a desvantagem linguística.

Essa fala vem ao encontro da problematização retratada neste artigo, reforçando a ideia de que a escola vem também exercendo poder social político de preconceito, pois quem fala fora da norma culta é considerado inferior, pobre, sem valor, transformando a discriminação social em discriminação linguística. A educação torna-se engessada se priorizar apenas o ensino da gramática, da norma culta. Constatamos a verdadeira desvinculação do real, inclusive com pessoas mais letradas que, em suas falas, já não aceitam todas as regras e modificam o uso pelo uso, como por exemplo, os pronomes demonstrativos, e conseguem perfeitamente fazer-se entender. No entanto, em sala de aula, continuamos cobrando dos alunos a memorização da regra tal qual foi produzida, mesmo sem utilidade real. Em relação à ortografia especificamente, vemos muitos erros assinalados por professores, mas pouca reflexão e análise sobre a forma da escrita.

## **O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

O ensino da Língua Portuguesa não pode ignorar que existam variações linguísticas nem tampouco supervalorizar uma norma em relação à outra, pois todas são legítimas, só precisam estar adequadas ao contexto em que se inserem.

É importante lembrarmos que, se a ortografia é uma convenção social, a criança, por exemplo, não pode aprender ou descobrir sozinha, necessita de estudos, ajuda dos pais e professores para que incorpore essa convenção. No início da alfabetização, a criança procura colocar no papel as palavras de maneira como fala e é a escola que deve fazê-la ultrapassar essa barreira e perceber que existem normas ortográficas, perceber que, em alguns casos, a ortografia segue regras orientadoras, mas em outros casos é preciso valer-se da memorização mesmo. Precisamos ter bastante cuidado na hora de ensinar, mostrar a forma ortográfica convencional, não podemos inibir a criatividade, o gosto e as possibilidades de expressão escrita de cada aluno. Não podemos aceitar que os alunos não queiram escrever por medo do erro, como também devemos recusar que utilizem uma postura irresponsável de não se preocuparem com a existência das regras ortográficas.

Analisando a minha trajetória de docente alfabetizadora, recordo que, em 1990, vivi uma época em que o discurso era “vamos permitir que os alunos aprendam naturalmente, a escrita correta principalmente, pelo contato com livros, revistas e diferentes materiais escritos”. Acreditava-se que a criança fosse superando suas dificuldades pela análise e reflexão individual do que produzia. Não foi tão simples assim, as crianças não conseguiam perceber, em se falando de ortografia, que *casa* não se escrevia com Z, por exemplo. E, pior que isso, as crianças foram gravando a ortografia fora da convenção e muitos até hoje, na educação de adultos, com que trabalho, trazem problemas com a ortografia das palavras. Isso acarreta muito preconceito dentro e fora da escola. Morais (2009, p. 32) também condena as escolas pelo não trabalho com a ortografia padrão, pois considera que, dessa forma, estará contribuindo “para a manutenção das diferenças sociais.” O autor diz que é contra o ensino tradicional, aquele que pune o erro, condena a escrita, mas a aquisição da escrita com significado, com respeito ao leitor, escrevendo com preocupação por quem vai ler e precisará entender a ortografia como objeto de reflexão são aspectos extremamente positivos ao ensino-aprendizagem.

Baseado nos estudos de Artur Gomes de Morais (2009) e nas observações docentes dos anos que possuo como professora alfabetizadora e de jovens e adultos, percebe-se que o ensino da ortografia teve poucas modificações nos últimos anos em

relação a outros conteúdos da Língua Portuguesa. Isso, além de ser preocupante, é desastroso, pois os alunos não se incomodam com a questão ortográfica, basta analisarmos os trabalhos escolares e verificaremos a quantia de escrita fora da ortografia padrão.

A ortografia é objeto de avaliação, mas não é vista como meta de ensino. Os alunos são levados a realizar exercícios de “erros e acertos” e não ocorrem discussões e reflexões sobre por que um aluno escreve de um jeito enquanto que seu colega escreve de outra forma, tendo como fiel exemplo para essa situação os ditados. Além de não existir reflexão, geralmente existe uma punição para o erro. O aluno não analisa os aspectos gerativos que o fazem escolher o uso de uma letra ou outra, como exemplo dessa situação trago a observação indignada de uma aluna durante as aulas de reforço escolar que descobriu, na 4.<sup>a</sup> série, que o “s” tem som de “z” no meio de vogais, dizendo “Por que nunca ninguém me falou isso?”. Como disse Moraes (2009, pág.64), “quando ela consegue avançar, é porque pensou por conta própria: fez sozinha a reflexão/reelaboração de seus saberes sobre a ortografia.”

A memorização de regras também tem se mostrado um meio bastante ineficaz, reforçando a ideia de que só aprendemos repetindo, imitando e não refletindo. O aluno não pode ser passivo diante do seu aprendizado, pois é a interação com a língua que consegue tornar o aluno pensante e curioso para ir em frente. Já o professor necessita repensar os exercícios mecânicos e repetitivos que oferece aos alunos, se pretende desenvolver a segurança para a escrita criativa e bem estruturada.

Talvez essa extrema dificuldade que a escola encontra para o ensino da ortografia venha da cultura do “erro”. Para a grande maioria dos professores, o erro é sinal de falta de atenção e raciocínio, relaxo, preguiça e assim por diante. Se o erro aparece, é o professor quem não soube ensinar ou o aluno que está com problemas. Pouquíssimas vezes o erro é visto como momento de reflexão e aprendizado novo.

A criança não relaciona o que o professor ensina mecanicamente com a prática de escrita, basta verificar um exercício de ditado avaliativo e a escrita livre. No ditado, a criança acerta muitas palavras e na escrita livre os erros são inúmeros, pois ela não reflete significativamente sobre o que faz no exercício e isso a faz errar na escrita. Aqui fica demonstrado o fracasso do método.

Algumas escolas preferem não ensinar a ortografia, pois imaginam que a prática da leitura e da escrita espontânea é suficiente para tornar o aluno apto e crítico e deixam as reflexões sobre as regras ortográficas para o futuro. São dois extremos: ensinar mecanicamente e não ensinar. O ensino reflexivo é sempre deixado de lado, complicando o que poderia tornar-se claro, lógico e concreto.

Não podemos ser tão ingênuos a ponto de imaginarmos que a criança ou o adulto vai aprender a ortografia sozinho, o professor precisa criar condições e situações que estimulem a reflexão, permitindo um aprendizado efetivo. Como diz Irandé Antunes (2007,p. 68):

... a um programa de estudo da língua poderiam ser somadas muitas atividades de exploração e análise das condições cognitivas, textuais e sociais que tornam as atividades de linguagem funcionais e relevantes. Efetivamente, seria bem mais produtivo pensar a linguagem; tentar vê-la por dentro; tentar entender o encaixe das peças que fazem seu funcionamento interativo.

Acredita-se que o primeiro passo para a escrita dentro das normas convencionais é a leitura, pois os alunos precisam conviver com essa escrita desejada. Não existe magia para tornar-se um bom escritor, existe reflexão sobre as características dos textos lidos e internalização de normas vistas e vivenciadas. Os modelos escritos, sejam jornais, revistas, livros, placas de ruas, também se apresentam em algumas situações fora da norma padrão, então serão ótimas para a reflexão ortográfica as implicações desse “erro” e qual a forma correta convencionalmente.

Sabe-se também que somente ler não é garantia de escrita ortográfica correta, pois a pessoa pode não possuir a consciência das formas ortográficas e não se prender àquilo que vê na escrita. Fazer o aluno pensar sobre a escrita auxilia na formação dessa consciência, implantar dúvidas nas questões ortográficas também promove o conhecimento reflexivo.

Outro ponto essencial, segundo Morais (2009, p.74), é que o “professor precisa definir metas ou expectativas para o rendimento ortográfico de seus alunos ao longo da escolaridade”. A ortografia não pode ser vista apenas como avaliação, mas como ensino de competência ortográfica. Negar informação à pessoa que está com uma

dúvida ortográfica, acredito também que é um desrespeito à curiosidade e uma perda de oportunidade de reflexão.

A escola possui um papel muito importante no domínio da ortografia, já que é nela que estão as possibilidades de reflexão sobre as dificuldades ortográficas e o lugar adequado para o entendimento de que a ortografia é uma convenção social que foi criada para auxiliar a comunicação escrita dos mais diversos gêneros dentro e fora do ambiente escolar. Se a escola falhar nesse aspecto, pode trazer consequências sérias ao uso social, como relata Moraes (2009, p. 26):

No dia a dia, os erros de ortografia funcionam como uma fonte de censura e de discriminação, tanto na escola como fora dela. No interior da escola, a questão se torna extremamente grave, porque a competência textual do aluno é confundida com seu rendimento ortográfico: deixando-se impressionar pelos erros que o aprendiz comete, muitos professores ignoram os avanços que ele apresenta em sua capacidade de compor textos.

Essa reflexão tão falada neste artigo não diz respeito apenas a atividades sobre ortografia, mas à reflexão constante em todos os momentos da aula, quando lemos, escrevemos ou apenas conversamos. Os alunos precisam atentar que existem questões regulares na ortografia, que são aquelas que seguem uma regra específica e podem servir de modelo para a escrita de outras palavras, mas que também existem as questões irregulares, as quais precisam memorizar para a utilização diária.

A definição de metas para o ensino da ortografia é essencial para a efetivação desse ensino. O ensino da ortografia não admite mais apenas avaliações e cobranças, mas pede a reflexão e o entendimento de sua formação e aplicabilidade tanto no cotidiano escolar, quanto na vida de cada um. Ressalta-se também que cada pessoa possui o seu ritmo de aprendizado, não podendo o professor esperar homogeneidade. Dúvidas ortográficas sempre surgirão, devendo o aluno saber onde saná-las, assim como diz Moraes (2009, pág.117): “Pois, até o final da vida, mesmo adultos ‘bem letrados’ têm dúvidas ortográficas sobre palavras com correspondências letra-som irregulares.”

## PENSANDO E REPENSANDO

Diante de todas essas implicações e especificidades do ensino ortográfico, buscou-se implementar um projeto de intervenção com alunos da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio na disciplina de Língua Portuguesa, que priorizasse a reflexão e a análise da ortografia dentro de diferentes situações sociais e acadêmicas e nas relações que elas desempenham de censura e discriminação.

Os alunos receberam muito bem as atividades propostas, demonstrando um pouco de timidez nas reflexões orais. A primeira intervenção com a turma foi um momento de socialização e sensibilização dos alunos para a importância da leitura e criação de expectativas com relação ao tema. O texto levado para a aula era de uma carrineira chamada Carolina Maria de Jesus, a qual teve sua vida reescrita em um livro chamado *Quarto de Despejo*<sup>3</sup>. A simplicidade da autora e riqueza linguística do texto favoreceram o início do projeto e a reflexão sobre a ortografia como mediação de uma forma de interação social. A autora, mesmo possuindo pouco estudo, conseguiu produzir uma literatura-verdade, contando fatos de seu cotidiano. Isso ocorreu com ajuda do jornalista Audálio Dantas que, lendo os cadernos de Carolina, se encantou pela originalidade e força da verdade, editando as partes mais significativas. Com esse rico material foi proposto aos alunos que lessem o fragmento do livro: “15 de Julho”. A atividade proposta objetivou familiarizar os alunos com o conto real, que utiliza linguagem coloquial, a qual foi interpretada e analisada, a fim de que se enaltecesse o conteúdo do conto e se percebesse a riqueza da fala representada na escrita simples, assim como se percebesse que a ortografia padrão serve para a eficácia da comunicação.

Com a leitura do texto foram realizadas várias reflexões, como a seguir:

- O que mais lhe chamou atenção no texto lido?
- Por que a autora escreveu “iducção” e não “educação”?
- Um livro pode ser editado sem a convencionalidade ortográfica?
- Por que isso aconteceu?

---

<sup>3</sup> JESUS, C.M. *Quarto de Despejo*. 9 ed. São Paulo. Ática, 2007.

- Essa diferenciação linguística favoreceu ou não, o sucesso do livro?

Argumente.

- Você acha essa opção correta? Explique.
- Em duplas, analisem a linguagem utilizada e comentem.
- Ainda em duplas, utilizando o dicionário verifiquem se existem palavras que podemos substituí-las sem mudança de sentido no texto.

Após as devidas colocações sobre o livro, autora e fragmento estudado, realizou-se uma entrevista para que o aluno entendesse a ortografia como convenção social para auxílio da comunicação escrita.

1- Você é: ( ) aluno ( ) professor ( ) funcionário

2- Quando vê erros ortográficos nos trabalhos escolares, como você se sente?

- ( ) indignado ( ) indiferente  
( ) com vergonha ( ) entende normalmente

3- Em quais dessas situações você acha que a escrita não necessita estar dentro da norma-padrão?

- ( ) jornais ( ) revistas ( ) placas ( ) livros  
( ) trabalhos escolares ( ) e-mail ( ) mensagem de celular  
( ) propagandas ( ) bilhete para amigo ( ) solicitação de emprego  
( ) gibis ( ) filmes ( ) outro \_\_\_\_\_

Considerações: \_\_\_\_\_

4- Você considera que em sua escrita possui problemas ortográficos?

- ( ) sim ( ) não

5- Se sua resposta foi positiva, responda: Isso incomoda você?

\_\_\_\_\_

6- Você considera que possuir muitas dificuldades com relação à ortografia demonstra que

- ( ) uma pessoa é pouco inteligente.  
( ) os erros não indicam o quão inteligente ou esperta a pessoa é.  
( ) a pessoa é desligada e não pensa no que escreve.  
( ) quem escreveu não possui capacidades comunicativas.

7- Para você, por que foi criada uma convenção ortográfica?

\_\_\_\_\_

Os alunos também realizaram atividades de dramatização, por meio das quais puderam analisar as várias possibilidades de expressão dentro da mesma língua e se os registros dessas expressões são aceitos dentro de determinados contextos. O enriquecimento dessas atividades foi a percepção dos alunos com relação ao uso das linguagens. Eles puderam identificar diferentes gêneros textuais que admitem o uso da linguagem coloquial ou não, cada grupo teve que criar uma história e dramatizá-la, ressaltando que metade dos grupos deveria encontrar ações que demonstrassem aceitabilidade ou não em relação à diversidade ortográfica. Exemplos: carta de solicitação de emprego, proposta de trabalho de professor para aluno, pintura de placas etc.

Reconhecendo a ortografia como convencionalidade comunicativa e utilizando o livro *O Brasil das Placas*<sup>4</sup>, observaram as placas destacadas pela professora e realizaram reflexões coletivas: O que elas têm de diferente? Qual a consequência de elas estarem dessa forma? O que representa para a comunidade uma placa feita dessa forma? Qual deveria ser a forma padrão? Vocês já viram placas ou cartazes aqui em nossa cidade apresentando essas características? Conseguem transcrevê-las?

Diante de todas as análises feitas pelas placas, dramatização e entrevista realizada, foi também proposta uma produção de paródia com as conclusões tiradas, com as quais os alunos puderam efetivar o pensamento por meio da escrita em forma de outro gênero, o que os libertou um pouco da timidez e conseguiram se expressar relatando opiniões. O medo do “erro” que os alunos apresentavam no início do projeto cedeu lugar para a reflexão e troca de opiniões entre eles.

Também foi levada uma pessoa da comunidade, que se tornou escritora, Jane Holsbach. Produziu-se coletivamente uma entrevista para ela (onde estudou, como era o estudo, por que resolveu ser escritora, sobre o que escreve, etc), contribuindo para que os alunos se sentissem mais donos de suas opiniões e detentores do poder da comunicação. A autora falou da sua trajetória escolar, suas dificuldades em relação à escrita e de que forma pôde superar seus medos. A função escrita dentro da norma padrão foi compreendida por meio de reflexões realizadas no grande grupo. Mais uma vez, a questão de contextos de linguagens foi analisada e considerada. A biografia da

---

<sup>4</sup> CAMARGO, J. E. **O Brasil das Placas**. São Paulo: Panda Books, 2007.

autora mostrou aos estudantes que sonhos podem estar mais próximos do que imaginam. Ainda com obras da autora entrevistada, os alunos concluíram que a escrita é uma necessidade do ser humano para registro de suas experiências, e a utilização da norma-padrão da Língua Portuguesa pode impedir o desvio de interpretação textual.

Jane Holsbach conta em seu livro *Contos que Encantam*, de forma simples e divertida, histórias de vida que ocorreram em Rio Negro e Mafra, vindo ao encontro do propósito da unidade didática proposta, que utilizaria histórias de vida para produção textuais. A leitura desses contos auxiliou na compreensão das variações linguísticas e culturais de época, tanto quanto serviram de apoio para análise da convencionalidade ortográfica da língua. Ressalta-se aqui a importância do contato com materiais escritos, para que o aluno internalizasse linguagens de modo a reutilizá-las em suas produções.

Foram realizadas leituras dos textos do livro de Jane Holsbach, analisando os aspectos organizacionais, identificando tema, ideias principais e variações linguísticas, como no exemplo: “O Padre e o Bêbado”.

As seguintes reflexões foram abordadas:

- Qual a ideia principal do conto lido?
- Existem palavras utilizadas no conto que atualmente são utilizadas de outra forma?
- A autora poderia ter escrito esse conto de outra forma, como?
- Como escreveria as palavras com “SS” alguém que não soubesse desse uso? Por quê?

Diante dessa ideia para a utilização da norma-padrão, foi realizado um comparativo entre a fala e a escrita, pois os alunos pesquisaram histórias de vida dentro do município, seguindo a ideia do livro da autora entrevistada, e levaram essas informações para a sala de aula. No momento de contação desses casos, cada um utilizou a linguagem que preferiu, dando ênfase ao regionalismo e cultura local. Isso tornou interessante essa situação, que mais tarde, por opção do grupo, foi transcrita para o papel utilizando a norma-padrão da língua. Os alunos puderam tomar consciência dos princípios gerativos e irregularidades da norma ortográfica, assim como socializar histórias de vida.

Como resgate de propósitos do projeto, a turma produziu um livro utilizando todas as contações e dando significação à oralidade, leitura e escrita realizadas até o momento. Entendeu-se que a reflexão sobre a ortografia não deve estar presente somente na produção escrita, mas em todos os momentos: leituras, escritas, reescritas e observações. Ela também deve ser constante e em todas as situações de ensino, não só ortográficas. Isso não quer dizer que os alunos necessitem saber nomenclaturas específicas da língua, mas que, com seus linguajares, consigam explicar as situações ocorridas. Portanto, a produção de um livro foi propícia para explicitação e discussão do que os alunos conseguem elaborar ortograficamente. Propôs-se a eles que aproveitassem suas produções e montassem um livro com todas as histórias pesquisadas e produzidas, organizando: nome do livro, ilustrações, agradecimentos, dedicatória e outras formalidades do gênero. Dessa forma, tornou-se efetiva a função social da escrita com responsabilidade e vontade de progressão no processo ensino aprendizagem.

### **TROCANDO INFORMAÇÕES**

Por meio da participação do Grupo de Trabalho em Rede/2013 do Estado do Paraná, nas observações do Projeto e Implementação Pedagógica desenvolvidos no PDE, muitas observações puderam ser levadas em consideração, algumas atividades na implementação do projeto foram enaltecidas e outras colocadas em análise. A professora Escarpeta (2013) enriqueceu o projeto falando: “Para que o saber formal se torne atrativo e prazeroso, no ambiente escolar, não que se considerar as infinitas possibilidades de conquistá-lo. Para isso temos um leque grande de opções, porém faz-se necessário um olhar atento para garimpar e despertar talentos muitas vezes escondidos.” Com suas palavras, confirmamos a ideia de que para aprender o aluno precisa querer, sabendo que as questões ortográficas, que foram o foco do projeto, precisam ser relevantes no processo ensino aprendizagem, pois pouco resolve decorar sem internalizar.

A professora Buscarons (2013) completa: “Gostei muito da forma como o ensino da ortografia é tratado neste projeto. Acredito que esta forma de trabalhar com os

alunos pode ser uma maneira eficaz de ensinar aplicando a modalidade reflexiva. O ensino da Língua Portuguesa tem que suceder de forma que o indivíduo 'aprenda a pensar' e entenda a real intenção da comunicação. Gostei muito e compartilho da ideia de Moraes, 2009, quando diz que 'até mesmo adultos 'bem letrados' tem dúvidas ortográficas sobre palavras com sons irregulares'". Dessa vez, entende-se que cada pessoa tem liberdade de se comunicar linguisticamente, no entanto, a escola possui a obrigação de mostrar a norma-padrão e fazer com todos reflitam sobre os contextos de uso da língua e suas implicações de censura e discriminação social.

Alguns desabafos nos fazem pensar: O que está acontecendo com o ensino? A professora Santos (2013) fala sobre algo polêmico e bem comum nas escolas públicas atuais: "O aluno é avaliado por suas produções em praticamente todas as disciplinas curriculares, entretanto a reclamação quanto ao 'não saber escrever' é sempre direcionada ao professor de Língua Portuguesa; na realidade todos cobram, mas, como é afirmado no Projeto, ninguém ensina".

Essas situações vivenciadas nas salas de aula reforçam a necessidade da reflexão constante em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem. Professores, equipe diretiva e alunos precisam trabalhar unidos por um mesmo ideal pedagógico, acreditando naquilo que fazem e analisando as situações problemas para definições de possíveis saídas.

Também se percebeu nas colocações do GTR uma certa dúvida da classe docente, quando o professor Mello (2013) pondera: "O ensino de ortografia não evoluiu. Evoluir como? Para os linguistas, os professores devem aceitar, mostrar o erro, conversar com o aluno. Mas, outra pergunta que me faço: a sociedade aceita isso? Os concursos aceitam isso? Os vestibulares aceitarão isso?"

Esse receio do professor certamente está presente em muitas escolas. Será que os alunos conseguem entender as variações linguísticas e aceitá-las em diferentes contextos sociais? Mais um grande motivo para que o ensino da Língua Portuguesa seja cem por cento contextualizado, realizado de forma significativa para os alunos. Gasparelo (2013) no GTR também diz: "A partir do momento em que o professor

começa a valorizar e ensinar ortografia, o aluno também começará a ter mais cuidado com a escrita”.

## **CONCLUSÃO**

Diante do projeto, implementação e troca de informações no Grupo de Trabalho em Rede do Estado do Paraná/PDE 2012, pude confirmar que o ensino da ortografia, apesar de não possuir grandes expressões dentro do ensino público, é visto como vilão das representações escritas e necessita de maior empenho e dedicação profissional, a fim de que os alunos realizem opções ortográficas conscientes e com objetividade, dependendo do contexto de interação verbal, mas não sejam vítimas da ignorância ortográfica, principalmente no Ensino Médio, que foi o foco desse estudo.

Acredito que os objetivos propostos foram alcançados, principalmente porque houve bastante reflexão e análise por alunos e professores participantes do GTR em todas as atividades propostas. Ocorreram também dificuldades de aplicação do projeto na turma proposta, porque, ao retornar do primeiro ano de afastamento PDE, a escola que atendia a EJA diminuiu demanda e escolhi vaga em outro estabelecimento de ensino. Apesar da implementação ocorrer dentro dos 25% de afastamento, perdi o contato diário com o grupo escolar e algumas intervenções de horários e organizações ficaram prejudicadas.

No entanto, os alunos participaram muito bem das atividades propostas, realizaram reflexões que foram compartilhadas inclusive com familiares. Ao final de todas as atividades fizemos paradas para reflexões, o que foi extremamente positivo, os alunos realizaram autoavaliação e pensaram sobre as hipóteses levantadas por outros alunos, assim como a produção final do projeto, que foi a escrita do livro e “noite de autógrafos”, conseguiu efetivar uma etapa do processo ensino aprendizagem com louvor. Algumas colocações dos alunos me chamaram bastante a atenção com relação à cobrança da ortografia nas produções escritas de antes e de hoje. Segundo eles, anteriormente era corrigido com caneta vermelha e algumas vezes os professores faziam o aluno reescrever, castigos físicos, como “reguadas”, puxões de orelha também foram relatados, e hoje quase não é corrigida e nem analisada a escrita, a não

ser em algumas aulas de Língua Portuguesa. Também comentaram que o que escreviam era só para o professor ler. Então, percebem-se avanços na função social da escrita e “paradas”, que precisam ser analisadas.

Sendo assim, ainda há muito que se estudar e refletir sobre o ensino da ortografia e suas implicações de valores na sociedade. A ortografia, mesmo sendo uma convenção social, está em constante processo de transformação cultural. Essa convenção não permite que a interpretação fique prejudicada, mas também não pode excluir criatividade e emoção das produções. Com relação a esse trabalho, imagino que, se ele conseguiu instaurar dúvidas e novas reflexões sobre as implicações ortográficas, já valeu a pena, como para a professora Correa, do GTR 2013: “Ao analisar as atividades propostas no projeto, pude perceber um contexto diferenciado do qual utilizo; percebi ainda que os materiais elaborados têm muito mais interesse para o aluno com imagens reais e atividades contextualizadas, gostei muito e pretendo utilizá-lo em sala com algumas modificações, até porque trabalho com alunos de uma faixa etária diferente da proposta, mas acredito que seja muito positiva e interessante.”

## **REFERÊNCIAS:**

ALMEIDA, M.J. **Imagens e Sons – a nova cultura oral**. São Paulo: Cortez, 1994.

ANTUNES, I. **Muito além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.

FARACO, C. A. **Norma-Padrão Brasileira: Desembaraçando alguns nós**. São Paulo: Loyola, 2002.

GERALDI, J. W. **O texto na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 2011.

KLEIMAN, A. **Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura**. Campinas-SP: Pontes, 2010.

MORAIS, A.G. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2009.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática?**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.